

**ATA Nº 16**

**22 de maio de 2020**

**Assembleia**  
**Via zoom**

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO**

**Rua Dr. Miguel Bombarda, nº.23**

**2615-125 Alverca**

CP  
ffatubanca  
NE

## ATA Nº 16

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu em sessão ordinária, por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pela eleita Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo, primeira secretária e a eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda, segunda secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

### **MESA DA ASSEMBLEIA**

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina  
Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo  
Maria Fernanda Neves Dias Comenda

### **BANCADA CDU**

Maria Fernanda Gomes  
João de Almeida Mendes  
António Augusto Marques Sequeira  
Sérgio Luz  
João Batista Arcadinho

### **BANCADA PS**

Rita Merenda  
Marina Tiago  
João Pedro Baião  
José Manuel Morais Chumbo  
José Morgado  
Clara Negrinho  
João Martins

### **BANCADA BE**

João Alexandre Pires Fernandes  
Rita Margarida Oliveira Aleixo

### **BANCADA CM**

Pedro Manuel Silva Alves

### **BANCADA CDS**

Rui Manuel Valadas Marques

### **EXECUTIVO**

Carlos Manuel Gonçalves  
Fernando Manuel da Encarnação dos Santos Caio  
José Carlos Godinho Romão  
Carla Alexandra Rebocho Tavares

Joaquim José Cunha Carreira  
Vitor Manuel Guterres Torres  
Pedro Filipe Faria Ferreira


A Presidente da Assembleia, Carlota de Pina, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, pedindo que fosse feito um minuto de silêncio em homenagem a todas as vítimas do COVID-19 no Concelho de Vila Franca de Xira, bem como em todo o País.

Seguidamente passou a informar das substituições nas bancadas, referindo que na bancada do PS, os eleitos Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos, Maria Manuela Barbosa dos Santos, Luciana Maria Maia Nelas, Joana Isabel Simões e Luís Nuno Monteiro Carvalho, tinham sido substituídos pelos eleitos Rita Merenda, Marina Tiago, Clara Negrinho, José Morgado e João Martins, respetivamente.

Na bancada da CDU, informou da substituição do eleito António Carlos Fernandes da Fonseca Dias, pelo eleito Sérgio Luz, respetivamente.

Nada mais havendo a registar, deu início ao período antes da ordem do dia, informando que em conformidade com reunião prévia com os Líderes de Bancada, tinham os mesmos solicitado pedidos de intervenção acerca do COVID-19 na União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelo que iria dar a palavra às bancadas.

Deu a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que dirigiu um cumprimento a todos os presentes, bem como a todos os que em casa acompanhavam a emissão da Assembleia, dirigindo uma saudação especial a todos os trabalhadores da Junta que todos os dias e no desempenho do seu serviço estavam na rua expostos a risco.

Mais disse que ia apresentar um breve pensar sobre o COVID-19, dizendo que enfrentávamos como Comunidade um vírus nocivo, hostil e letal, referindo que o País e em especial a Freguesia tinha pela frente um enorme desafio.

Falou também que as medidas que tinham sido tomadas pelo Governo no combate à pandemia, através do confinamento e também do de confinamento tinham sido a melhor forma de evitar o contágio.

Deixou também uma mensagem de esperança, força e coragem a todos os que diariamente davam o seu melhor, referindo as Instituições de Solidariedade Social, os Bombeiros, a Proteção Civil, a Câmara Municipal e os trabalhadores da Autarquia.

Apelou ainda que se cumprissem os passos definidos pela DGS e sufragados pelo Governo, dizendo que era o momento de apoiar os que mais precisavam e que mais perderam, referindo os idosos, os sem abrigo, os desempregados e as famílias que estavam a passar inúmeras dificuldades.

Referiu que era importante também o apoio aos empresários e ao comércio local neste momento de reerguer e que a bancada do PS estava disponível para trabalhar em conjunto com o Executivo na criação de medidas de apoio para que fosse possível um amanhã para todos, caindo algumas barreiras políticas e para o bem de toda a Comunidade.

Foi dada a palavra ao eleito António Sequeira da bancada da CDU, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, apresentando também as suas desculpas aos colegas de todas as bancadas, bem como à Senhora Presidente da Assembleia por não ter estado presente nem ter participado em nenhuma das reuniões havidas e interligadas com o COVID 19, mas que a sua ausência tinha sido devida a problemas de ordem pessoal.

Mais disse ter um reparo a fazer sobre o método que estava a ser utilizado para a realização da Assembleia, dizendo que o mesmo era limitativo e que no momento atual não fazia grande sentido, devido ao de confinamento que já estava a ser feito independentemente de continuarem a ser tomadas todas as medidas de precaução.

Referiu que nem todas as pessoas tinham equipamentos apropriados nem estavam preparadas para utilizarem estas tecnologias referindo-se inclusive a ele próprio.

Deixou uma saudação à forma cívica e respeitadora da participação popular nas comemorações do 25 de abril e do 1º de maio, dizendo que as mesmas não poderiam deixar de ser comemoradas, respeitando sempre as exigências das Autoridades de Saúde.

Dirigiu um agradecimento a várias entidades, desde médicos, enfermeiros, bombeiros e especialmente aos auxiliares de saúde que tiveram um papel fundamental e que tão mal pagos eram e tão importantes tinham sido no quadro desta pandemia e por fim também aos trabalhadores das Autarquias Locais que estavam também mais expostos ao risco.

A Senhora Presidente da Assembleia interveio e em resposta ao eleito António Sequeira, disse que compreendia a questão colocada pelo mesmo, de não ser fácil para todos a realização da Assembleia via zoom, mas que nas reuniões havidas foi votado maioritariamente aquela opção tendo havido democracia no ponto.

Seguidamente deu a palavra ao eleito João Fernandes da bancada do BE.

O eleito João Fernandes iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e com especial apreço os funcionários da Autarquia que fizeram parte dos importantíssimos trabalhadores que estiveram na linha da frente a dar a cara e todo o seu esforço para uma resposta rápida e adequada à situação que se estava a viver, merecendo um agradecimento e louvor.

Dirigiu também um agradecimento aos profissionais de saúde, às forças de segurança, aos trabalhadores da área social, da recolha de resíduos, produtores e distribuidores de bens essenciais, aos operários fabris cuja laboração nunca foi interrompida e a todos os que mostraram com o seu suor serem a força de trabalho imprescindível da nossa sociedade e sem os quais a nossa vida coletiva se desestruturaria.

Mais disse esperar que esta crise sanitária nos ensinasse a respeitá-los e a conferir-lhes os direitos proporcionais ao papel que desempenhavam na sociedade.

Fez uma referência à informação sobre o número de casos de COVID 19 na União de Freguesias, dizendo que havia 122 infetados, alguns óbitos e 38 já recuperados.

Continuou a sua intervenção dizendo que era neste contexto que este órgão reunia pela primeira vez recorrendo aos meios digitais permitindo assim continuar a trabalhar com distanciamento físico e permitindo aos cidadãos acompanhar os trabalhos como era seu direito inalienável.

Referiu que uma das preocupações da sua bancada dizia respeito às condições de trabalho dos funcionários da Autarquia afetos a áreas como a varrição, higiene urbana e zonas verdes em que fluentemente se viam trabalhadores sem máscara nem viseira e sem o distanciamento social razoável para a sua saúde, pretendendo assim saber que medidas tinham sido tomadas pelo Executivo para a proteção dos mesmos.

Outra situação preocupante tinha a ver com todos aqueles que diariamente tinham de usar os transportes públicos para as suas deslocações, referindo que era inaceitável a CP dizer que não tinha condições para cumprir as indicações do próprio Governo que limitava a utilização do transporte a dois terços da sua capacidade total.

Mais disse que após medidas recentes e tão importantes como a criação do passe metropolitano a custos acessíveis, não se podia aceitar que o recurso ao transporte individual voltasse a ser um imperativo na nossa sociedade e a única forma de as pessoas se sentirem seguras.

Sobre o grave problema dos sem-abrigo, deixava também a pergunta ao Executivo no sentido de saber se tinham sido encontradas soluções de alojamento e alimentação para todos os sem-abrigo da União de Freguesias durante a presente conjuntura.

Referiu que esta crise sanitária bem como a económica e social que se iria seguir, iria obrigar também a que fossem repensados investimentos, estratégias e prioridades, dizendo que era a altura de refletir sobre o uso dos ótimos recursos que existiam e responder aos desafios com medidas corajosas, sendo nesse sentido que a sua bancada trazia algumas sugestões ao Executivo.

Começou por falar das festas anuais de Alverca que não se podiam realizar nos moldes habituais, mas propunha que fosse assinalado a época dos Santos Populares com uma iniciativa virtual em que os



artistas fizessem chegar a sua música em casa dos cidadãos, associando também os restaurantes à iniciativa com a disponibilização do takeaway das comidas e bebidas mais apreciadas naqueles festejos.

Sobre o Dia da Cidade propunha também que o mesmo fosse assinalado através de uma sessão virtual bem como todas as outras iniciativas com forte difusão nas redes sociais, sendo aquela também uma forma da Junta fortalecer a sua posição no meio digital, para além de que a poupança gerada podia vir a ser alocada a medidas de apoio na área social.

Disse ainda que o distanciamento social não tinha de significar passos atrás na aproximação entre a Autarquia e a Sociedade Civil, devendo a Junta reinventar e aprofundar recorrendo se possível ao digital, criando meios de auscultação e diálogo com a população, através de uma aplicação móvel e mantendo as sessões de discussão para a elaboração do próximo orçamento da Freguesia, dizendo também que havia que saber estar juntos mesmo à distância.

Mais disse que este era o momento da Junta ter uma estratégia ampla e corajosa, provida de recursos para apoio ao comércio local, continuando com a isenção de taxas de esplanadas e bancas de mercado, bem como facilitar a criação de esplanadas para estabelecimentos de menor dimensão permitindo assim que o funcionamento de estabelecimentos na área alimentar passasse a ser feito em espaços exteriores, situação recomendada pelas Autoridades de Saúde e também já implementada em outras cidades.

Referiu que era a hora de fazer afirmar o comércio local e de proximidade e que os comerciantes bem precisavam de medidas de apoio que pudessem vir a evitar o encerramento de portas e o aumento de desemprego.

Propunha também que a Junta pudesse disponibilizar máscaras e gel desinfetante a pessoas mais carenciadas e sinalizadas pelos serviços sociais, bem como acreditava ser possível que a Junta pudesse coordenar em conjunto com alguns cidadãos e agentes sociais o fabrico de máscaras em tecido de fregueses para fregueses.

Mais disse que a OMS tinha desaconselhado vivamente a aplicação de desinfetantes nas ruas, e que ele próprio tinha conhecimento que a Junta durante o mês de março tinha procedido a aplicação de desinfetantes na melhor das intenções, mas estava já comprovado cientificamente que o seu benefício era muito reduzido, contribuía para destruição de solos e podia vir a contaminar águas subterrâneas, deixando assim o pedido para que a Junta não voltasse a fazer aquele tipo de aplicação, mantendo-a somente em superfícies como bancos de jardim e caixas multibanco.

Disse ainda e perante o grande desafio que se avizinhava nas próximas semanas e meses e a fim de mitigar os efeitos sociais desta crise tão inesperada, que o tempo não era de poupar mas sim de agir e ser eficaz.

Referiu que seria um erro se a Junta no corrente ano tornasse a apresentar um saldo de gerência positivo, pois felizmente e mercê de uma gestão financeira responsável desde há longos anos, gozava de uma saúde financeira confortável e que este era o tempo de as Autarquias mobilizarem todos os seus recursos para cumprir o seu papel junto das populações.

Mais disse não incentivar gastos desnecessários, mas sim responsáveis e com benefício calculado, dizendo ainda que a pandemia mostrou que a distribuição de riqueza não era justa e que nem todos eramos igualmente vulneráveis à crise, referindo também a depauperação dos serviços públicos desde há longos anos e a grande dependência da nossa sociedade no consumo e em atividades como o turismo internacional.

Terminou a sua intervenção dizendo que não se pretendia o regresso à normalidade que conhecíamos, mas sim criar uma nova normalidade, e que a Sociedade e a Freguesia saberiam ultrapassar esta crise, e criar uma sociedade mais justa, mais solidária e mais próspera.

Foi dada a palavra ao eleito Pedro Alves da bancada da Coligação Mais que iniciou a sua intervenção dirigindo cumprimentos a todos os presentes, bem como à população que em casa acompanhava os trabalhos da sessão, que pela primeira vez se realizava em moldes diferentes mas também necessários para salvaguarda de todos.

Referiu ter uma declaração relacionada com o COVID 19 que passou a ler, direcionando agradecimento a todos os trabalhadores da Junta, aos operacionais de rua e também aos administrativos que continuaram

a manter os serviços operacionais, aos profissionais de saúde residentes ou não na Freguesia, aos bombeiros, às Forças de Segurança, às Associações e também à população da União de Freguesias que se manteve em casa em cumprimento das normas impostas, zelando assim pelo bem estar de toda a Comunidade.

Mais disse que esta primeira fase estava quase ultrapassada, havia que manter a luta e não baixar os braços, e que esperava mais nenhuma viesse a ocorrer.

Terminou a sua intervenção pedindo ao Executivo que continuasse a fazer todos os esforços para manter a população em segurança e que se continuasse também a manter à parte quer os interesses pessoais quer partidários, pois no momento presente todos eram UM.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que cumprimentou todos os presentes e todos aqueles que tinham trabalhado intensamente neste período que se atravessava.

Sobre a pandemia na União de Freguesias disse que tinha algumas questões a colocar ao Executivo, independentemente de esta ser uma situação a nível mundial e também de gestão nacional, disse as Autarquias terem também uma resposta a dar.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta o facto de ter já recebido algumas respostas a questões que tinha colocado em reuniões já havidas, mas tinha mais questões a colocar e gostaria de ter uma resposta do Senhor Presidente da Junta.

A primeira questão tinha a ver com a forma como se processou o envolvimento da Junta com os diversos organismos e instituições e em particular com o Serviço Municipal de Proteção Civil, perguntando qual tinha sido o acompanhamento no âmbito da pandemia.

Pretendia também saber se a Junta estava em condições de identificar necessidades e vulnerabilidades atuais e futuras e respetivas consequências para os agentes económicos, referindo o pequeno comércio, e qual o impacto sobre o Movimento Associativo, IPSS, e também em atividades ligadas à área cultural e desportiva, bem como atividades letivas e por fim a nível social perguntou também que intervenção tinha estado a ser feita pela Junta, junto da população com maior vulnerabilidade.

Sobre a higienização de espaços pretendia saber que acompanhamento estava a ser feito sobre a desinfeção dos pontos de recolha de lixo e caixotes, serviços da responsabilidade da Câmara Municipal, dizendo que em alguns locais havia indícios de períodos superiores a um mês o que na situação presente não era aconselhável.

Sobre a desinfeção do espaço público e referindo as afirmações feitas pelo eleito João Fernandes sobre os trabalhos de desinfeção já realizados pela Junta, pretendia saber se no momento estavam a ser feitos ou não em toda a União de Freguesias, quais os critérios utilizados para o fazer e também qual a eficácia esperada do procedimento.

Por fim e sobre a agenda dos eventos desportivos e culturais disponível, pretendia saber quais os adiados e os cancelados, tendo também perguntado se a Junta estava em condições de anunciar o cancelamento das iniciativas programadas para os próximos meses, fazendo referência às festas populares e especialmente às sessões públicas dos galardões de mérito, dizendo que sobre este ultimo evento, mesmo não se vindo a realizar as sessões, devia manter-se a atribuição dos galardões às personalidades que a Junta pretendesse homenagear.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado o período reservado às intervenções sobre o COVID 19, tendo já havido intervenção de todas as bancadas, informou que iria dar inicio ao período antes da Ordem do Dia, passando a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS.

O eleito José Chumbo iniciou a sua intervenção deixando uma questão à Senhora Presidente da Assembleia dizendo que a última ata trazida para aprovação tinha sido a Ata 8 de 19 de dezembro de 2018, aprovada na Assembleia de 12 de dezembro de 2019, pretendendo saber o que se estava a passar em matéria de recuperação de atas.

Seguidamente e direcionando a questão ao Senhor Presidente do Executivo, referiu a passagem do oleoduto que iria alimentar o aeroporto Humberto Delgado em Lisboa, dizendo que o projeto em questão tinha mais de vinte anos e já tinha sido anunciado publicamente pelo Senhor Ministro do Ambiente que o mesmo ia ser retomado e o oleoduto iria utilizar e ser instalado nas condutas do Canal Alviela.



Mais disse e referindo o Canal Alviela, que o mesmo estava localizado em zonas urbanas, densamente populacional, atravessava centralmente a Vila do Sobralinho e a Cidade de Alverca terminando por debaixo da Urbanização Malva Rosa.

Sendo que a Câmara e a Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, tinham aprovado por maioria uma tomada de posição contrária a esta necessidade e vontade do Governo, perguntava ao Senhor Presidente da Junta se o mesmo ia secundar a posição do Senhor Presidente da Câmara e a deliberação aprovada em Assembleia Municipal inclusive pela sua bancada e publicamente defender esta causa e a não utilização do canal, que podia vir a prejudicar e por em perigo a malha urbana, ou se ia secundar a opinião de alguns eleitos da sua bancada que nas redes sociais proferiram algumas palavras segundo ele pouco apropriadas e pouco representativas mesmo que a título individual.

Outra questão que colocava ao Executivo, situação já referida também pelo eleito Rui Valadas e ainda antes da pandemia era sobre o Miradouro da Chasa, obra feita ao abrigo do Orçamento Participativo e que estava completamente ao abandono.

Disse entender as dificuldades presentes de gestão a nível de pessoal devido à situação que se estava a viver mas que era uma situação que já se arrastava há algum tempo, pelo que deixava novamente esta questão ao Senhor Presidente da Junta.

Pedi a palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que referiu a questão da recolha dos resíduos sólidos urbanos dizendo que era uma chaga, continuando a haver muitas deficiências no serviço passando às vezes meses sem haver recolha, pelo que apelava ao Senhor Presidente da Junta que intercedesse naquela situação.

Foi dada a palavra à eleita Rita Merenda da bancada do PS, que cumprimentou todos os eleitos, os trabalhadores da Junta e todos os que em casa acompanhavam a sessão online.

Disse que tinha duas questões a apresentar sobre o site da Junta, referindo que no site institucional já tinham surgido documentos com protocolos estabelecidos o que representava o reconhecimento do Executivo perante a Assembleia da falta dessa informação, dizendo ainda que lhe parecia estarem em falta ainda alguns documentos.

A outra questão que colocava ao Executivo era no sentido de saber que Entidade fazia a gestão do site e também qual o membro do Executivo que tinha a responsabilidade do controle de qualidade do trabalho efetuado.

Referiu que em tempo de pandemia a informação tornava-se ainda mais importante e que verificou estarem publicitados em última informação, dois Editais da Câmara Municipal, um no dia 03 de abril - Nº 205 - " Projeto de Regulamento do Museu Neo-Realismo ", com o respetivo link de acesso e no dia 04 de abril - Nº 206 -" Normas transitórias para a escola a tempo inteiro "- estando aquele último também com um link de acesso que remetia igualmente para o Edital do Museu Neo-Realismo.

Disse ainda que verificou constar a informação correta no site, mas o seu acesso não estava nada facilitado, pelo que deixava a nota.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que ia passar ao período de intervenção do público, passando a ler as questões colocadas ao Executivo, pelo Senhor Luís Silvestre Bernardo:

A primeira questão colocada tinha a ver com a Urbanização Rua 9 de agosto, em que dizia terem vindo a ser feitas várias queixas mas que a situação continuava na mesma, falta de investimento em infraestruturas para uma melhor qualidade de vida dos habitantes, e perguntava também para quando a plantação de algumas árvores, colocação de alguns bancos e também limpeza de zonas envolventes, referindo que o pouco que existia também não era cuidado.

Referia também que havia muito mato junto aos prédios e que alguém decidiu proceder à limpeza da encosta sul com um trator, situação que foi interrompida pelo tratorista que depressa se apercebeu dos riscos inerentes devido ao declive, tendo ainda sido danificado um armário da EDP, pelo que perguntava para quando a limpeza do mato com meios adequados.

CP  
Hfátu Saaved  
ME

A segunda questão colocada tinha a ver com o adutor do Alviela e o oleoduto para abastecimento do aeroporto de Lisboa, referindo que o transporte de combustível na conduta de água já existente mas desativada, tendo em conta que atravessava uma extensa área populacional, as consequências de um acidente seriam desastrosas e inimagináveis, pelo que o Governo devia recorrer a outras alternativas. Deixava assim a questão à apreciação do Senhor Presidente da Junta, para uma tomada de posição sobre o assunto.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a ler as questões colocadas pelo Senhor Cláudio Alexandre Pereira Lotra:

Referia o mesmo que na última Assembleia realizada no dia 28 de fevereiro no Fórum da Chasa, questionou o Senhor Presidente da Junta sobre a publicação no site, do Protocolo assinado entre a Junta de Freguesia e a Empresa que procedeu à instalação dos armários para colocação dos dejetos caninos em vários locais da cidade, ao que o Senhor Presidente respondeu que o mesmo iria ser colocado online. Desde essa data e tendo já verificado terem sido colocados online outros documentos, perguntava o porquê daquele ainda não ter sido disponibilizado, pois conforme tinha referido na altura, tinha interesse em o consultar.

A outra questão referia-se aos campos de ténis e padel que desde já algum tempo têm vindo a ser levantadas várias questões sobre a sua gestão, perguntava ao Senhor Presidente da Junta que Entidade estava a fazer essa gestão e exploração, a que título, e desde quando.

A Senhora Presidente passou a ler a questão colocada pelo Senhor Bruno Martins Oliveira:

Referia o mesmo que um veículo a circular a 50Km, não cometia nenhuma contraordenação, mas em caso de atropelamento as probabilidades de morte ou ferimentos graves era de 95%, enquanto um veículo a circular a 30 Km, em caso de atropelamento as probabilidades de morte desciam para os 5%.

Mais referia ter entrado em vigor nova sinalização que incluía sinais para zonas de coexistência entre peões e veículos e mais importante ainda a chamada zona 30, traduzindo-se por um conjunto de ruas onde era definido a velocidade máxima de 30 km.

Perguntava assim ao Senhor Presidente da Junta quando é que a Urbanização Malva Rosa passava a ser considerada uma zona 30.

Não havendo mais questões da parte do público a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para que o mesmo pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dirigindo cumprimentos a todos os presentes e dizendo que as suas primeiras palavras e neste contexto tão difícil, iam para as vítimas do COVID 19 e também endereçava um abraço solidário para as IPSS da Freguesia em especial para o CEBI e Misericórdia de Alverca que tiveram casos positivos e também vítimas a registar.

Agradeceu também às demais IPSS, referindo o CASBA, a Casa de S. Pedro de Alverca, e o Centro Social do Sobralinho, dizendo que estiveram presentes sempre que foi necessário.

Agradeceu aos técnicos de saúde, médicos, enfermeiros, auxiliares de ação médica e Corporações de Bombeiros de todo o Concelho e em especial à Associação Humanitária dos Bombeiros de Alverca que foram as primeiras estruturas de contacto direto e apoio à população no âmbito COVID.

Dirigiu também um agradecimento a todos os trabalhadores do setor produtivo e serviços que se mantiveram sempre ativos e também às Forças de Segurança.

Por fim aos funcionários da Autarquia que ao abrigo do plano de contingência estiveram sempre na linha da frente para que todos os serviços mínimos pudessem ser concretizados.

Mais disse e em nome do Executivo da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho que se solidarizavam com a Câmara Municipal e demais Órgãos do Município pela não aceitação do aproveitamento do canal Alviela para o oleoduto de abastecimento ao aeroporto Humberto Delgado em Lisboa.

*Cláudio Alexandre Pereira Lotra*  
*KL*

Referiu que o canal Alviela atravessava as freguesias de Vila Franca de Xira, Sobralinho, Alverca, Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, áreas densamente populacionais, o que potencializava um conjunto de risco não calculado, e que na opinião do Executivo, o oleoduto era um projeto essencial, devia ser construído mas eram contra a opção apresentada, sendo que o mesmo devia ser projetado a norte no corredor reservado ao TGV, devendo também ser projetado via alternativa EN 10 com ligação aos núcleos populacionais referenciados.

Falou que até serem criadas alternativas a EN 10 devia ficar isenta do pagamento de portagem no troço entre Alverca e Vila Franca de Xira, e que o Governo aquando da petição para a abolição das portagens em Alverca, deu como justificação para a não abolição, que iria encontrar alternativa, alternativa essa que ainda hoje se aguardava.

Mais disse que o Executivo era solidário com todas as estruturas culturais que por via do subfinanciamento do Ministério da Cultura tinham ficado inibidos de prosseguir com a sua atividade.

Referiu que 1% do Orçamento do Estado seria fundamental para uma área orientada para a dimensão social e que no sentido atribuído por um dos maiores filósofos do século XX Michel Poupou, a cultura apresentava-se na Sociedade como um Instituto importante, pois unia Comunidades, gerava sensações de potenciamento, revestia hábitos, costumes e identidades.

Falou do Grupo Cegada, fazendo uma referência especial a duas peças levadas a cena, " Fronteira Fechada" e " Casal Aberto ", produções que tinham elevado não só Alverca como o Concelho para a 1ª divisão do teatro em Portugal.

Referiu que a não contemplação do financiamento ao Grupo Cegada, foi um enorme revês, na consolidação e promoção da cultura não só na União de Freguesias de Alverca e Sobralinho, como no Concelho.

Deixou um agradecimento pela cooperação ativa entre todas as Juntas, bem como da parte da Câmara Municipal, terminando a sua intervenção dizendo que estava em suspenso todo o plano de atividades no âmbito das iniciativas até ao mês de setembro.

Seguidamente passou a responder às questões colocadas pelo público e em resposta ao Senhor Luís Bernardo e à primeira questão colocada, disse que o mesmo tinha razão e que a Junta já tinha feito chegar à Câmara Municipal o abaixo-assinado entregue pelos moradores.

Informou que a Câmara Municipal tinha já um projeto para intervenção naquela área e que a requalificação contemplava o que tinha sido referenciado, e independentemente de não haver orçamentação para este ano, a Junta iria continuar a pressionar para que o mesmo viesse a ser concretizado.

Relativamente à desmatção informou que eram terrenos privados, tendo a Junta enviado informação para a Câmara Municipal a fim de serem notificados os proprietários e procederem à limpeza dos terrenos, daí a primeira fase que foi iniciada e posteriormente interrompida pelos motivos também referidos pelo Município, mas que iria continuar a acompanhar a situação.

Sobre o Canal Alviela, disse já ter respondido aquando da sua intervenção.

Em resposta ao Senhor Cláudio Alexandre Pereira Lotra e sobre a questão do protocolo, disse que o mesmo estava no site da Junta, e que ele próprio tinha feito essa verificação, pelo que o Município deveria voltar a verificar melhor, referindo ainda que estavam publicados no site todos os protocolos de 2019.

Relativamente à questão colocada sobre os campos de ténis e padel, disse que o funcionamento estava a ser feito nos mesmos moldes em que sempre o foi, passando a informar que em deliberação de Junta foi decidido entregar temporariamente a gestão às duas Associações da Freguesia que tinham escola e formação de ténis em Alverca, e que tinha sido dado início ao processo, mas o mesmo tinha sido interrompido por motivo da pandemia, faltando ainda ultimar alguns pormenores.

Mais referiu que numa primeira fase a ideia era abertura de um concurso público, mas que poderia ter de se entregar a gestão a uma Entidade externa e dado que a Lei permitia que as Associações também pudessem assumir essa gestão, optou-se por aquelas últimas.

Em resposta ao Senhor Bruno Oliveira e sobre a Urbanização Malva Rosa, disse que no Regulamento de Trânsito constava velocidade máxima permitida de 40 Km, mas efetivamente nunca tinha sido implementada.

Mais disse que a ideia era colocar em toda a urbanização uma velocidade máxima de 30 Km, situação que já estava a ser tratada, iria ser encaminhada para a Comissão de Trânsito e também teria de ser feita a alteração no referido Regulamento de Trânsito a fim de ficar devidamente legalizado.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra e informou que tendo já sido dadas as respostas ao público pelo Senhor Presidente da Junta, iria dar a palavra novamente às Bancadas.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que iniciou a sua intervenção com apresentação da **Moção “ Atribuição de Toponímia - “ SENSEI JOÃO CARREIRO ”**, que passou a ler. Seguidamente disse ter algumas questões a colocar ao Executivo, começando por referir que a ribeira junto à igreja no Sobralinho, apresentava sinais de alguma degradação e também de falta de limpeza, dizendo ainda que por vários locais da União de Freguesias, se verificava pavimentos e placas de toponímia em estado algo degradado.

Sobre o desenvolvimento tecnológico e na sequência da intervenção do eleito João Fernandes, perguntava ao Executivo o que já tinha sido feito naquela área, bem como o que estava projetado para fazer e também para quando pensava poder ter mais ferramentas ao dispor da população.

Sobre o CEGADA, e reportando-se à intervenção do Senhor Presidente da Junta, perguntou em que situação se encontrava o Teatro Estúdio Ildfonso Valério, sabendo-se que tinha sido um dos pontos que contribuíram para a suspensão da atribuição de subsídio por parte do Ministério da Cultura.

Terminou a sua intervenção dando nota à Senhora Presidente da Assembleia, que o link enviado na convocatória não estava a dar acesso para a visualização online da sessão da Assembleia.

Seguidamente usou da palavra o eleito José Morgado da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes, disse que a pandemia tinha colocado todos perante um grande desafio.

Referiu a grande importância que o Movimento Associativo tinha na União de Freguesias, dizendo que a Câmara tinha atribuído um apoio extraordinário, mas só tinham sido contempladas as IPSS, Associações, Coletividades e Clubes, com atletas a praticar modalidades de forma federada.

Mais disse que existiam na União de Freguesias um enorme leque de Associações e Coletividades que não estavam enquadradas para acesso aquele apoio, e que estando também privados de realizar as suas atividades devido à pandemia, estavam a passar momentos de grande dificuldade.

A pergunta que deixava ao Senhor Presidente da Junta era no sentido de saber se iria haver algum apoio extraordinário da Junta para aquelas Entidades, tendo em conta que os apoios eram atribuídos mediante as atividades e na grande maioria não poderiam realizar qualquer atividade durante os próximos meses.

Usou da palavra o eleito João Martins da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes passou a referir que durante o período de pandemia, vários elementos da sua bancada verificaram por diversas vezes, trabalhadores da Junta em serviço exterior sem estarem devidamente equipados para a sua proteção individual, para além de terem visto equipas que faziam a desinfeção e no final do trabalho não respeitavam as medidas de segurança, retirando as máscaras, para além de serem transportados vários trabalhadores na mesma viatura não sendo também respeitadas as medidas de distanciamento social.

A pergunta que deixava ao Senhor Presidente da Junta, era no sentido de saber, se tinham sido implementadas algumas regras e que instruções tinham sido dadas aos trabalhadores a fim de evitar aquelas situações.

Não havendo mais pedidos de intervenção a Senhora Presidente da Assembleia colocou a **Moção “Atribuição de Toponímia- SENSEI JOÃO CARREIRO ”**a votação, questionando primeiramente as bancadas se pretendiam pronunciar-se sobre a mesma.

Pedi a palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse ter conhecido pessoalmente o Senhor João Carreiro, pelo qual tinha grande estima e consideração, dizendo que o mesmo era uma pessoa muito estimada e reconhecida pela população, apelando também ao Senhor Presidente da Junta que lhe pudesse vir a ser feita uma homenagem de reconhecimento.  
Sobre a Moção apresentada relativa ao topónimo disse que a sua bancada era a favor.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que referindo-se à Moção disse que se revia em todas as palavras constantes na mesma.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que felicitou o eleito Rui Valadas pelo texto da Moção, dizendo que ia votar a favor.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM, que disse concordar com tudo o que já tinha sido dito pelas outras bancadas e que ia também votar favoravelmente.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou a **Moção** a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.

Seguidamente disse que iria passar a palavra ao Senhor Presidente da Junta a fim de o mesmo responder às bancadas, mas primeiramente deixava uma nota relativamente à questão colocada sobre as atas, dizendo estarem praticamente todas validadas e que viriam para aprovação na próxima Assembleia.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção e referindo-se às questões colocadas não só pelo BE com também por outras bancadas em âmbito do COVID 19, relativamente a falta de equipamentos, distanciamento social e medidas tomadas, informou que a Junta procedeu à redução do horário de trabalho, tinham sido organizadas equipas de trabalho com horários diferenciados de modo a que não se cruzassem e houvesse algum distanciamento social.

Mais disse que numa primeira fase tinha havido grandes dificuldades na aquisição de equipamentos de proteção, referindo as máscaras e fatos descartáveis, mas que presentemente isso não acontecia e no início de cada semana eram distribuídas máscaras e em alguns casos viseiras a pedido de alguns trabalhadores.

Sobre o distanciamento social informou que todos os trabalhadores foram devidamente elucidados, tendo-lhes sido informado as regras e normas que deviam respeitar e como o deveriam fazer.

Relativamente ao apoio da Junta a nível social, informou que tinha havido um trabalho conjunto com as técnicas do Serviço Social de Acompanhamento Integrado, com a Segurança Social e a Câmara Municipal e que todos os pedidos que chegaram à Junta foram encaminhados para o devido apoio às famílias.

Disse também que em conjunto com outras Entidades e alguns voluntários, foi feita angariação de bens de primeira necessidade e após verificação por parte das técnicas do serviço social, foi feita a entrega daqueles bens a quem realmente estava a necessitar.

Sobre a questão da desinfeção do espaço público disse ter sido uma ação desenvolvida por todas as juntas do Concelho e Câmara Municipal tendo inclusive esta última disponibilizado os equipamentos para o fazer.

Mais disse que efetivamente uma desinfeção só teria efeitos práticos se houvesse uma continuidade, mas após informações da OMS, não se iria efetuar mais nenhuma desinfeção, tendo sim solicitado à Câmara Municipal a desinfeção dos contentores de receção de resíduos sólidos urbanos e recicláveis devido a serem equipamentos em que havia um maior contato.

Relativamente à questão sobre o oleoduto disse já ter respondido aquando da sua intervenção.

Sobre a Moção apresentada pelo eleito Rui Valadas, disse que por norma não se pronunciava sobre moções mas neste caso específico iria fazê-lo porque o Executivo tinha aprovado um Voto de Louvor e uma Recomendação que enviou ao Futebol Clube de Alverca no sentido de ser atribuído junto àquelas instalações um topónimo com o nome do Sensei João Carreiro, pois na opinião do Executivo faria todo o sentido ser naquele local.

Mais disse que caso o Futebol Clube de Alverca, assim não o entendesse, o topónimo seria sempre atribuído nem que fosse em outro local.



Relativamente ao desenvolvimento tecnológico disse que o procedimento estava a ser desenvolvido para a implementação do balcão virtual.

Sobre o Cegada disse que o fulcral não tinha tido propriamente a ver com o espaço em si, pois nunca foi impedimento para o financiamento, mas sim com a verba alocada para a cultura não ter sido a expetável, e o espaço surgiu como uma agravante.

Disse ainda que de qualquer modo era uma situação que tinha de ser resolvida e estava a ser tratada para a devida legalização.

Em resposta ao eleito José Morgado da bancada do PS, referindo o Movimento Associativo e apoios extraordinários, começou por dizer que no âmbito dos apoios pontuais os mesmos estavam a ser feitos tendo em conta as ações do Movimento Associativo, sendo que no atual contexto parte delas não iriam ser concretizadas, mas para as que já o tinham sido, o apoio iria ser feito.

Disse ainda que numa primeira fase se teria de verificar o que tinha já sido concretizado e o que ainda poderia vir a ser, Informando também que após a aprovação da incorporação do saldo de gerência, estava já previsto um apoio extraordinário desse remanescente a todas as Coletividades.

Em resposta à questão colocada pelo eleito João Martins da bancada do PS, sobre as condições dos trabalhadores, disse já ter respondido aquando da sua intervenção.

Sobre a questão colocada pelo eleito José Chumbo da bancada do PS relativamente ao Miradouro da Chasa, começou por dizer que aquele espaço por si só era de algum modo vetado ao abandono, estava muito deslocalizado e era também pouco frequentado.

Referiu que durante algum tempo houve realmente falha na manutenção e limpeza, mas que a situação estava já resolvida e iria ser enquadrado como todos os outros espaços.

Disse ainda e tendo em conta que existiam menos recursos, efetivamente os mesmos eram direcionados para os espaços mais essenciais.

Em resposta à questão colocada pela eleita Rita Merenda da bancada do PS, relativamente ao Site da Junta disse que a gestão estava a ser feita pela mesma Entidade que já o fazia pelo menos durante os últimos dez anos.

Referiu também que tinham vindo a ser feitas diversas alterações para que o mesmo ficasse não só mais funcional como também mais apelativo, e que iria continuar a ser trabalhado, até porque se estava a ponderar a implementação do balcão virtual, não estando fora de questão a reformulação do site.

Em resposta ao eleito António Sequeira da bancada da CDU e sobre a questão dos resíduos sólidos urbanos e monos, começou por dizer que pouco tempo após o Executivo ter tomado posse, fez chegar à Câmara Municipal informação sobre um conjunto de necessidades e identificação de vários locais com deficiência de equipamentos para depósito de resíduos sólidos e também de recicláveis.

Referiu ter sido já implementado duas ilhas na Chasa, mas continuava a haver locais críticos referindo a Quinta da Vala, a Rua das Indústrias e o Casal Moledo, havendo a necessidade ou de a recolha ser feita mais vezes ou serem substituídas as ilhas já existentes por outras de maior dimensão, aumentando assim a capacidade na receção dos resíduos.

Mais disse que a questão também tinha a ver com o civismo, pois tinha estado na Quinta das Drogas e verificou sacos depositados fora das ilhas, não por falta de espaço, mas sim por falta de civismo, mas de qualquer modo continuavam a existir muitos locais sem capacidade de receção de resíduos, situação que se agravava sempre ao fim de semana.

Sobre o problema dos monos disse que os moldes em que a recolha estava a ser feita não estava a funcionar devidamente, deveria haver uma maior fiscalização, por forma a evitar descargas de monos em diversos locais da Freguesia, por parte de algumas Empresas, bem como a vandalização de alguns locais com descargas de resíduos provenientes de obras, e também de óleos queimados, sendo um total atentado ambiental.

Mais informou que aquelas situações tinham sido reportadas à Câmara Municipal, tendo sido também pedido uma maior fiscalização a fim de por termo àquele tipo de ocorrências.

Pediu também que em caso de alguém ter conhecimento de alguma situação naquele âmbito, que fizesse chegar a informação à Junta.

Terminou dizendo que em conformidade com o pedido já feito à Câmara Municipal, a União de Freguesias tinha necessidade de colocação de um conjunto de contentores para recolha de resíduos industriais, podas de árvores e também monos e caixas de grande volume que não cabiam nas ilhas, pois era uma forma de obrigar quer os Municípios quer os agentes a fazerem essa colocação nos devidos locais.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra, questionando as bancadas se havia mais algum pedido de intervenção, tendo solicitado a palavra o eleito João Pedro Baião da bancada do PS.

O eleito João Pedro Baião usou da palavra iniciando a sua intervenção dirigindo cumprimentos a todos os presentes, a todos os que em casa acompanhavam a sessão e aos trabalhadores que tinham tornado possível a sua realização.

Mais disse que o motivo da sua intervenção vinha no seguimento da resposta dada pelo Senhor Presidente da Junta a uma eleita da bancada do PS sobre a questão do site.

Referiu que a Empresa que fazia a gestão do site era já antiga, mas que os tempos evoluíam e que ao longo do mandato do último Executivo, ele próprio tinha tido aquele pelouro e acompanhou a reformulação feita entre finais do ano de dois mil e catorze e início de dois mil e quinze, referindo a criação do acesso ao pavilhão online, e também a possibilidade da publicação de documentos a nível económico, quer provisionais quer de execução.

Mais disse que ao consultar o site verificou que os últimos dados publicados referiam-se ao ano de dois mil e dezoito, bem como a última mensagem online da Senhora Presidente da Assembleia era também da época de carnaval do mesmo ano, e que não fazia qualquer sentido aquelas informações não estarem atualizadas a exemplo de outras que o estavam, referindo o caso dos Editais, a realização de eventos entre outras informações.

Terminou dizendo que as coisas evoluíam, a tecnologia também e que já tinham passado cinco anos desde a última reformulação e que algo deveria ser feito nesse sentido, pelo que deixava a nota.

Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta, perguntou se o mesmo pretendia usar da palavra para responder ao eleito João Pedro Baião.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que nada era contrário ao que tinha sido dito pelo eleito João Pedro Baião, havia uma atualização contínua e relativamente a existirem mensagens desatualizadas no site, não servindo como desculpa, disse que era o usual e verificava-se a nível da maioria das Juntas aquele tipo de ocorrências.

Disse ainda que conforme o eleito bem sabia as questões e problemas a resolver eram sempre tantos que na grande maioria das vezes as mais simples e mais fáceis eram as últimas a serem ou não concretizadas.

Não havendo mais pedidos de intervenção a Senhora Presidente da Assembleia informou que iria dar início ao período da Ordem do Dia, mas primeiramente ia colocar à consideração das bancadas, uma questão apresentada pelo eleito Rui Valadas no sentido de os pontos 7, 8 e 9 serem tratados conjuntamente tendo em conta que eram os três relacionados com o COVID 19.

Não tendo havido qualquer objeção por parte das bancadas, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para intervenção sobre o primeiro ponto da ordem de trabalhos:

#### **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia usou da palavra dizendo que sobre o ponto tinha apenas algumas considerações a fazer, entre elas realçar os apoios feitos no âmbito do COVID 19, a pessoas com mais de sessenta e cinco anos, a doentes crónicos, e também a pessoas em situação de isolamento



ou em quarentena, dizendo ainda que aquele apoio foi feito em deslocações a farmácias para compra de medicamentos, compra de bens essenciais e também para realização de outros serviços.

Disse ainda ter sido dado apoio em impressões gratuitas de trabalhos de alunos, mediante pedidos que foram recebidos das escolas da União de Freguesias, bem como diretamente a alunos em casos de falta de recursos a nível informático.

Relativamente a pedidos de apoio recebidos noutra âmbito, disse terem sido devidamente encaminhados para as IPSS e outras Entidades com a capacidade de prestar o apoio necessário.

Terminou dizendo que estava disponível para prestar qualquer esclarecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas, seguindo-se intervenção da eleita Clara Negrinho da bancada do PS, que após cumprimentar os presentes, referiu ter uma nota a deixar sobre a informação escrita do Sr. Presidente, referindo que constava indevidamente na página sete do documento um evento - Apresentação Pública do Estudo Vila Franca de Xira – Construção de uma visão do futuro, evento que tinha sido cancelado devido à situação de pandemia.

Mais disse e sobre as Intervenções da Responsabilidade da Junta de Freguesia, referenciou a página 10, e o ponto 6 – Fornecimento e montagem de vedação - perguntando ao Senhor Presidente da Junta se podia indicar qual a obra que tinha sido realizada.

Seguidamente usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, dizendo que sobre o ponto não tinha mais nada a acrescentar.

Foi dada a palavra ao eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que sobre a informação escrita do Senhor Presidente da Junta, disse ter um apontamento a fazer e também um pedido de esclarecimento.

Começou por referir que no quadro referente ao ponto 2.1.1 da página 17, que refletia na página 22, relativamente aos valores inscritos na rubrica – Impostos Indiretos – disse que lhe parecia haver um erro na formatação daquele quadro, pelo que solicitava essa confirmação.

Sobre os contratos celebrados em 2020, tendo em conta que a publicação na Base Gov remetia para os cadernos de encargos e não havia acesso a essa informação, pretendia esclarecimento sobre os contratos feitos para limpeza urbana em Arcena, Bom Sucesso e Sobralinho, bem como do contrato feito para a limpeza das ruas na Cidade de Alverca.

Mais solicitou também informação sobre a periodicidade da limpeza e sobre o último contrato que tinha referido, gostaria também de saber se estavam consideradas algumas ruas específicas.

Finalizou a sua intervenção perguntando que controle iria ser feito sobre a realização daqueles trabalhos.

Foi dada a palavra à eleita Marina Tiago da bancada do PS que cumprimentou todos os eleitos, o Executivo, os funcionários, e todos os que em casa acompanhavam a sessão.

Iniciou a sua intervenção fazendo referência à página 13 do documento e sobre as medidas de apoio desenvolvidas pela Junta no âmbito da pandemia, disse ter algumas dúvidas a colocar, referindo a questão do apoio aos alunos com impressão dos trabalhos e entrega dos mesmos, perguntando se os números informados pelo Senhor Presidente da Junta, ainda se mantinham ou se havia números atualizados desses pedidos, tendo em conta disse, os Agrupamentos terem já recebido instruções no sentido de procederem à impressão dos trabalhos.

Também sobre a informação de que a Junta estava a dar apoio a 25 idosos e doentes crónicos, na compra de medicamentos, bens de primeira necessidade e alimentares, perguntava se esse número ainda se mantinha e se o apoio era financeiro, logístico ou de transporte.

Sobre o período entre 16 de março e 16 de abril, tendo em conta a informação constante no documento era feita referência a 44 novos casos de pedido de apoio já reencaminhados, pelo que perguntava se esse reencaminhamento era feito através da Comissão Social de Freguesias, com a sinalização das situações mais graves e se era articulado em conjunto com os serviços da Rede Social, pois tal como o Senhor Presidente da Junta tinha dito, era necessário ser feita uma análise, a fim de não haver duplicação nos apoios e os mesmos chegarem efetivamente a quem deles necessitava.

Disse também que pretendia saber qual era o papel da Comissão Social de Freguesias naqueles processos.

Sobre a informação dada de que estava a ser criada uma rede para viabilizar a entrega de bens de primeira necessidade e alimentares, questionava se em vez da criação dessa rede, não seria antes possível assenta-la e localiza-la.

Disse ter uma ultima questão a colocar, perguntando se havia a possibilidade de ter acesso a números atualizados reportando a meados do mês de maio, sobre pedidos de apoio alimentar para agregados em situação de maior carência, sendo que a pandemia tinha vindo a acentuar mais dificuldades a nível de bens essenciais e alimentares para alguns agregados e era importante saber-se a nível da União de Freguesias qual tinha sido a evolução.

Seguiu-se intervenção do eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse ter duas questões a colocar ao Senhor Presidente da Junta, reportando-se a primeira à página 11 – ponto 14 – Reparação das proteções na Av. Vilar Queirós, que estava com uma obra em curso, pretendendo saber que trabalhos tinham sido feitos, pois o Senhor Presidente em situação anterior tinha dito que a Junta não iria fazer reparação de proteções, por motivo da intervenção que iria ser feita pela Câmara Municipal.

Sobre a outra questão disse que tinha a ver com os contratos e que era coincidente com o que já tinha sido dito pelo eleito Rui Valadas, pois apesar das promessas feitas pelo Senhor Presidente, continuava a não haver informação disponível sobre os cadernos de encargos.

Também sobre a promessa de que os contratos não teriam data superior ao fim do Mandato, disse que não a estava a cumprir pois era já o sexto contrato que fazia a terminar após o fim do mesmo.

Referiu ainda que o Senhor Presidente nas primeiras Assembleias se queixou que tinha herdado do anterior Executivo, alguns contratos com letrinhas pequeninas e que tinha sido obrigado a renová-los, e que não o iria fazer.

Disse ainda esperar que não o estivesse a fazer e que o próximo Executivo não tivesse também de ler as letrinhas pequeninas.

Uma última questão que deixava era sobre o contrato agora subscrito com prazo até 2022, questionando qual tinha sido efetivamente o ganho da União de Freguesias com aquele prolongamento.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra começando por responder à eleita Clara Negrinho da bancada do PS, dizendo que a mesma tinha razão, e referindo a página 10 – ponto 6, disse ter sido um fornecimento e montagem de vedação no cemitério, que por lapso ficou omissa no documento

Sobre a segunda questão colocada e referindo a página 7, disse que efetivamente o evento não tinha sido realizado e que por lapso constava no documento, tendo a eleita toda a razão.

Em resposta ao eleito Rui Valadas da bancada do CDS e sobre a questão colocada relativamente aos contratos, disse que pessoalmente tinha feito uma verificação a nível de várias Juntas do Concelho, tendo constatado que em algumas os últimos contratos publicados referiam-se ao ano de 2012, havendo inclusive quem nunca tivesse publicado nenhum.

Mais disse que não havia nenhum contrato publicado na base Gov, que tivesse cadernos de encargos, pelo simples facto de que não era possível, mas que os mesmos estavam disponíveis na Junta e caso quisessem poderiam consultá-los.

Em resposta à eleita Marina Tiago da bancada do PS, iniciou dizendo que a informação relativa ao números de apoios tinha descido de 25 para 15, redução aquela de alguma maneira expetável, e que os apoios eram na quase totalidade logísticos, traduzindo-se em deslocação para realização das compras e posterior entrega.

Sobre a questão colocada relativamente às fotocópias disse que efetivamente os Agrupamentos tinham essa autonomia mas que a Junta teve conhecimento de algumas dificuldades e em conjunto com os Agrupamentos decidiu avançar com o apoio, que consistiu em tirar cópias aos alunos que por alguns fatores não se podiam deslocar ao Agrupamento e a alunos que por falta de meios tecnológicos não

tinham em casa condições para aceder aos trabalhos, neste caso a Junta fazia a recolha dos trabalhos junto do Agrupamento e posteriormente entregava-os em casa à família.

Sobre a questão da Comissão Social de Freguesias, disse que a mesma efetivamente não tinha reunido, mas tinha havido alguma coordenação de funcionamento com a rede social e naquilo que eram os apoios eles estavam a ser canalizados e todos concretizáveis.

Mais disse que houve um enorme número de voluntários, Empresas e Instituições, que manifestaram todo o apoio para a distribuição de um conjunto de bens e darem assim o seu apoio a quem precisava, tendo levado à necessidade de canalizar esses bens.

Referiu que a Junta podia recebe-los e entrega-los, mas não o quis fazer pois no seu entendimento não havia conetividade entre ação política e distribuição de apoio alimentar, e que era uma condição de submissão do político ao social, fazer as pessoas virem à Junta recolher os bens.

Terminou dizendo que aquele era um papel que deveria ser feito pelas Associações e IPSS e que era com elas que se estava a organizar pontos de recolha.

Em resposta ao eleito José Chumbo da bancada do PS e sobre as proteções da Vilar Queirós, disse que primeiramente com a requalificação da Infante D. Pedro estava previsto a criação de uma passagem da Quinta das Drogas para a Vilar Queirós, para alívio do trânsito, situação que provavelmente não iria acontecer, daí a aquisição das barreiras para substituição das danificadas.

Sobre a questão dos cadernos de encargos disse que já tinha respondido e que caso os quisesse consultar eles estavam na Junta, só teria de ligar a marcar o dia para fazer a consulta aos mesmos.

Relativamente ao contrato que tinha mencionado disse que era um contrato de reduzida dimensão e o prolongamento do termo do mesmo, veio trazer um ganho de dois equipamentos de água para colocação em serviços onde não existiam e faziam falta, não só para os funcionários como também para o público, que no período do verão teriam acesso a água fresca.

Referiu que iria haver mais contratos a ultrapassar o termo do mandato, o caso das telecomunicações que estava em fase de procedimento sendo o seu prazo de 36 meses, e que iria trazer ganhos para a Junta a rondar os 50%, não havendo outra forma de o fazer pois o ganho estava interligado com o tempo da sua efetividade.

Disse ainda que o eleito José Chumbo se quisesse ter o trabalho de analisar os últimos orçamentos, iria verificar que os contratos com maior longevidade o caso dos plurianuais tinham todos um custo efetivo inferior, e que a Junta só fazia contratos com longevidade a ultrapassar o termo do mandato, desde que entendesse que os contratos seriam fundamentais para a sua ação e que, independentemente de quem viesse a seguir não seria possível nem haveria condições de tomar conta de um mandato e começar de imediato a organizar a casa.

Mais disse ainda e fazendo suas as palavras ditas por quem tinha o pelouro das finanças na Câmara Municipal, que a não incorporação direta do saldo de gerência era um atentado para as finanças públicas, dado que entre janeiro e março não havia viabilidade de fazer contratações e daí a necessidade dos contratos plurianuais que vinham assim colmatar e reduzir a dependência da necessidade de contratação. Falou também que devido à pandemia havia a necessidade de contratar serviços para limpeza, mas que não era possível devido a não haver incorporação do saldo de gerência.

Terminou dizendo que o eleito José Chumbo se quisesse analisar os relatórios de gestão e os orçamentos, iria verificar que nenhum dos contratos em que houve aumento da sua longevidade, não houve qualquer aumento de custo, dando o exemplo do contrato feito para a feira em que houve uma redução de dez mil euros anuais.

Pedi a palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que começou por dizer ao Senhor Presidente que o mesmo não tinha ouvido nada do que ele tinha dito e que não tinha respondido à questão que levantou sobre deficiências que lhe parecia existirem no quadro que tinha referido.

Sobre os contratos disse que também não tinha levantado qualquer questão, pois sabia que estavam publicados, somente referiu que não havia acesso aos cadernos de encargos e que para além disso quem



Referiu ainda que posteriormente tinha entregue todos os dados de que dispunha, a um membro do Executivo a fim de que a situação pudesse ser melhor analisada e ser verificado se estava tudo devidamente legalizado, e que até à data, ninguém ainda lhe tinha dito se tinha sido feita alguma verificação e se estava ou não tudo em conformidade.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e em resposta ao eleito Rui Valadas, disse que inicialmente tinha sido feito um contrato com uma outra empresa e que por motivos e problemas de diversa ordem o mesmo tinha sido rescindido, tendo sido feito um novo contrato com uma empresa de vigilância e não de segurança.

Mais disse que a segurança era feita por agentes da PSP a quem se pagava gratificados, e relativamente à empresa em questão a mesma fazia o controle de entradas e saídas, bem como o recebimento das bancas.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dando por terminado este ponto da ordem de trabalhos, passando ao ponto seguinte:

## **Ponto 2 – Relatório de Gestão do ano de 2019 – Aprovação.**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que disse ter alguns considerandos a fazer e passaria depois a palavra ao Senhor Tesoureiro para apresentação do ponto, estando também disponível para as questões que pretendessem colocar.

Começou por referir que a execução da receita estava quase nos 100% e que a receita própria tinha tido um aumento de 12%, referindo a questão da publicidade e o trabalho desenvolvido diretamente pelo Executivo para a regularização de situações de dívida em atraso, trabalho que tinha sido interrompido devido ao COVID 19, havendo ainda algumas situações por resolver.

Terminou a sua intervenção dizendo que nos últimos anos tinha sido contínuo o acréscimo da receita por via de uma boa gestão e também de uma boa negociação e renegociação dos contratos, com redução dos custos operacionais e consolidação dos proveitos.

Usou da palavra o Tesoureiro da Junta, José Romão que iniciou a sua intervenção cumprimentado todos os presentes e enaltecendo a forma exemplar como os trabalhadores da Junta continuaram a trabalhar mesmo com as limitações próprias da situação que se estava a viver, possibilitando também a realização da sessão.

Enalteceu também os esforços de todos os profissionais de saúde da União de Freguesias que estiveram sempre na linha da frente e também dirigiu um agradecimento aos professores que souberam manter os meninos ocupados nesta fase que para eles também era diferente.

Mais disse que iria passar a fazer a apresentação da prestação de contas do exercício do ano de 2019 para apreciação da Assembleia de Freguesia órgão importante da democracia local e que todos enquanto eleitos deviam pugnar pela dignificação do mesmo.

Disse ainda que competia ao Executivo da Junta de Freguesia e em cumprimento do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 fevereiro, a apresentação da prestação de contas, a qual pela última vez era feita através do sistema Pocal, devido à implementação em janeiro do SNC-AP.

Sobre o grau de execução orçamental e a análise do controle orçamental, começou por referir a parte da receita que disse ter tido um aumento significativo comparativamente ao ano de 2018, tendo sido a receita prevista no montante de: 1.835.686,68 euros e a realizada no montante de: 1.831.748,55 euros, com um grau de execução de 99,79%.

Referiu o aumento das receitas próprias da Junta de Freguesia e também os impostos indiretos com maior incidência na publicidade e ocupação da via pública, dizendo ainda que analisando o controle orçamental, a maior parte da receita arrecadada provinha das receitas correntes.

Disse que os impostos indiretos, as transferências correntes e as de capital, tinham sido as que mais contribuíram para o aumento da receita, bem como o Imposto Municipal sobre Imóveis.

Relativamente à despesa realizada referiu que o seu montante tinha sido de : 1.668.302,77 euros, tendo o seu grau de execução atingido os 90,88%.

Mais referiu que a maior parte da despesa era corrente tendo-se verificado a percentagem mais elevada nas despesas com o pessoal.

Ainda sobre a despesa disse que era inferior comparativamente ao ano de 2018, tendo contribuído para aquele fator algumas situações, de entre elas as despesas com os projetos realizados com o IEFP que passaram a integrar a rubrica de transferências correntes, a internalização dos serviços e a consolidação de mobilidades que veio libertar alguma verba, e por fim a não realização de duas obras, a do cemitério com a construção dos columbários e a construção dos balneários e refeitório para os trabalhadores.

Fez ainda referência à atualização que foi feita ao inventário onde se veio a verificar um resultado líquido do exercício com uma variação negativa devido ao ajustamento e à regularização das amortizações.

Terminou a sua intervenção dizendo que em conclusão a receita tinha sido superior à despesa, o que era um fator que importava salientar e que existia um saldo de gerência no montante de: 164.751,15 euros.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que sobre o relatório de contas apresentado, disse que ao analisar os números, o mesmo no entendimento da sua bancada era todo ele uma mistificação.

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta, dizendo que há dois anos atrás numa Assembleia e estando a ser analisado o relatório de contas do ano de 2017, o Senhor Tesoureiro José Romão referenciando o item - Fornecimento de bens e serviços a terceiros - que tinha tido uma variação de 36%, disse que aquele crescimento estava associado ao ano eleitoral e que havia um conjunto de serviços que em nada se correlacionavam diretamente com a melhoria das condições de vida da população.

Mais disse que tinha uma série de questões que gostava que o Senhor Presidente justificasse sendo uma delas o aumento dos contratos de prestação de serviços, quando por outro lado estava a internalizar serviços.

Sobre os números apresentados, disse ter verificado que os custos relativamente ao ano de 2018, tinham tido um aumento de 320.000,00 euros, enquanto os proveitos tiveram um aumento muito inferior de 93.000,00 euros, e que nem o saldo transitado do ano de 2018 tinha dado para salvar os números, dizendo ainda que efetivamente o ano de 2019 tinha sido horrível e todos os números tinham sido negativos.

Disse também e reportando-se à Assembleia de há dois atrás, que decididamente não estavam em ano eleitoral, conforme foi referido.

Referiu e segundo palavras do Senhor Presidente da Junta, em Assembleia de Freguesia de 25 de junho de 2019, o mesmo tinha dito que a Autarquia era proprietária de outros terrenos para além do cemitério de São Sebastião, mas que até à presente data não tinha recebido qualquer informação e continuava sem saber que terrenos eram esses.

Sobre a rubrica das amortizações, disse que gostava de perceber melhor o que estava no seu conteúdo.

Ainda sobre os números apresentados no relatório de contas e referindo a informação de ter havido mais 93.000,00 euros na receita, ao fazer análise mais detalhada verificou que 2.800,00 euros eram de IMI, 14.000,00 euros do Fundo de Financiamento de Freguesias, e 61.000,00 euros eram de transferências da Câmara Municipal, o que traduzido significava que o aumento por parte da Junta era zero.

Para terminar a sua intervenção disse que aquilo que verificou foi que houve um decréscimo de 8.000,00 euros, no que era competência da Junta, que houve cortes com a despesa do pessoal, que houve desinvestimento na área da limpeza e um aumento de 91% de fornecimentos e outros serviços, e que para já ficava a aguardar as respostas e posteriormente tinha uma nota final do porquê do sentido de voto da sua bancada.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta, perguntou que história era aquela das amortizações.



Seguidamente usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM que disse ter três perguntas a fazer ao Senhor Presidente da Junta entre outras mas que já tinham sido colocadas, daí questionava o aumento na ordem dos 23% nas despesas de gasóleo, e também relativamente ao aumento de 13.000,00 euros na rúbrica de pareceres e consultadoria, perguntava qual tinha sido a necessidade.

Para finalizar e relativamente à situação geral e ao resultado líquido negativo de 50.000,00 euros, que lhe parecia ter alguma relação com as amortizações, tal como já tinha sido questionado pelo eleito António Sequeira, pretendia também ser esclarecido.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que sobre o relatório de gestão do ano de 2019 e a execução do orçamento aprovado para 2019, disse que havia a reter o saldo de gerência apresentado de: 164.751,00 euros que motivou a alteração modificativa que iria ser discutida posteriormente.

Referiu que relativamente à receita prevista, havia uma execução de 99,79% e para a despesa uma execução de 90,88%, sendo aqueles valores indicativos de uma execução rigorosa do orçamento para 2019.

Ainda sobre a questão da receita que tinha atingido quase 100% de execução no geral, disse que ao fazer uma análise por rubrica verificou que as percentagens de execução iam desde os 0,12% em reposições não abatidas nos pagamentos até aos 827% em outras receitas correntes.

Referiu ainda que as rúbricas que mais se tinham aproximado dos valores de previsão tinham sido as transferências correntes, a venda de bens e serviços e os impostos diretos.

Sobre a despesa disse ter verificado que os 10% previstos e não executados estavam relacionados com a construção dos columbários e também com o projeto dos balneários e refeitório dos trabalhadores, cuja realização estava prevista ainda no decorrer do presente ano, mas lamentava que ainda não tivesse sido executado, num quadro de orçamento da Junta de Freguesia que tinha sido marcado por uma muito curta margem de investimento.

Mais disse ter verificado na rúbrica de representação de serviços uma variação de 1.057% negativo, que não entendia e gostava de ser esclarecido.

Ainda referindo o orçamento de 2019 disse que aquele tinha sido o primeiro a ser aprovado pelo BE, devido ao compromisso de ser executado durante o ano de 2019, um conjunto de medidas presentes no seu programa eleitoral e que não tinham avançado, referindo o caso do estacionamento para bicicletas, o lançamento da aplicação móvel com várias funcionalidades, sendo uma delas o registo de ocorrências no espaço público e também o balcão virtual.

Disse também que numa apreciação geral do documento, o mesmo refletia uma gestão cuidada, mas deixava uma sugestão para que o mesmo não fosse só contabilístico e passasse também a ser um documento de prestação de contas mais informativo, incluindo alguns textos e também imagens que descrevessem as principais atividades, tornando-o um documento mais informativo e com uma maior aproximação ao cidadão.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que referindo o Relatório de Gestão solicitou a atenção do Senhor Presidente e do Senhor Tesoureiro para a página 14 – rúbrica - Prémios, condecorações e oferendas, em que o quadro apresentava um valor em 2018 de 3.891,00 euros e teve uma variação de mais 5.952,00 euros, o que a nível percentual teria de ser sempre superior a 100%, e não a percentagem que aparecia registada.

Mais disse que aquele era um dos exemplos mas que todo o quadro apresentava valores percentuais completamente deturpados.

Ainda sobre a rúbrica de Prémios, condecorações e oferendas, pretendia saber a que se deveu o aumento registado, bem como da rúbrica - Conservação de Bens, que também registou aumento significativo.

Sobre o investimento tinha uma nota a deixar, o relatório registava uma execução muito baixa do investimento que tinha sido de 40%, ascendendo a um valor orçamentado superior a 100.000,00 euros e não realizado.

Mais disse que a não realização de objetivos de investimento era privar os cidadãos dos bens públicos, ou porque se registavam orçamentalmente sem existir os projetos ou então porque não existiu a capacidade

de os realizar, o que naquele caso consistiu no cemitério e nos balneários.

Deixava nota negativa, pois quando o valor não aplicado acabava por ser inferior ao resultado verificado no final, pressupunha-se que orçamentalmente teria sido possível a realização daquele índice de investimento.

Disse que existia quem defendesse que as Juntas não tinham como principal atributo o investimento, mas mesmo não sendo o principal, não partilhava que ele não devesse ser feito o que lhe parecia ser também a posição do Executivo.

Terminou dizendo que um exercício que se concluía com menos de 5% de investimento não se podia considerar positivo.

Não havendo mais intervenções por parte das bancadas, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção começando por dizer que tinham sido feitas considerações sem apresentação de qualquer objetividade.

Referiu que a previsão orçamental era a média dos últimos 24 meses e que não se podia inscrever a receita respetiva mas sim aquela que era possível.

Sobre as reposições abatidas, disse que era uma previsão da receita que não era cobrada no ano corrente e que o seria no ano seguinte.

Referiu a questão de não ter havido gastos de representação, pois quer ele próprio quer a Senhora Presidente da Assembleia não tinham feito utilização de verba, mas que independentemente disso a representação nunca tinha deixado de ser feita.

Em resposta ao eleito José Chumbo da bancada do PS, disse que o mesmo tinha feito um conjunto de considerações de "bradar ao céu", e como também por hábito nas Assembleias gostava muito de fazer referência a atas e as reuniões, estava a lembrar-se de uma resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara ao Vereador Nuno Libório e relacionado com a votação do PS contra os contratos plurianuais, tendo o mesmo dito que o PS em Alverca não sabia o que andava a fazer.

Mais disse que o orçamento tinha tido um saldo final de 164.751,00 euros, o que representava ter havido mais receita e menos despesa, para além de um ganho de 93.000,00 euros, e o facto de no final do exercício estar apresentado uma desvalorização, ela estava relacionada com o fator de o orçamento na sua totalidade representar quer os ativos quer os não ativos e a desvalorização quer dos bens imóveis quer dos bens móveis era obrigatória e contínua, sendo dado ao bem um prazo e uma idade sendo no final desse prazo o seu valor zero, tendo assim ficado refletido no todo do orçamento, pese embora a excelente execução orçamental realizada.

Disse também que tinha havido efetivamente um aumento da receita em mais 93.000,00 euros, com crescimento acentuado quer na publicidade quer nos impostos indiretos, e que arranjam justificações para votar contra o orçamento, podiam arranjar as que quisessem.

Disse ainda que politicamente houve quem tivesse sido eleito para governar os destinos da Junta de Freguesia e tinha responsabilidades perante a população e era perante ela que respondia, e que arranjar pretextos e ir buscar às virgulas e percentagens justificação para votar contra era como colocar um garrote àquilo que eram as necessidades da população, pois se a Junta não puder fazer incorporação do saldo de gerência, não terá forma de suprir aquelas necessidades.

Referiu a necessidade de limpeza de passeios, a construção dos columbários e também dos balneários para os trabalhadores, dizendo que era expectável a concretização daqueles dois projetos, mas que os procedimentos eram complexos e morosos e que no caso dos balneários, a Junta tinha recebido uma ordem de despejo das instalações onde funcionava o refeitório, tendo a Câmara Municipal adquirido essas instalações, tendo sido elaborado um protocolo com a União de Freguesias, o que consequentemente fez com que o projeto existente tivesse de ser todo reformulado e iria avançar-se para uma construção de raiz. Sobre os columbários informou que o concurso tinha avançado e quando se encontrava em fase final, houve questões técnicas às quais a Junta não teve resposta e foi obrigada a iniciar um novo procedimento, mas a obra iria avançar assim que estivessem reunidas condições, também pelas condicionantes da situação relativa ao COVID 19.

CF  
H. Fátima Bernardes  
MBE

Disse também que havia questões que não dependiam da Junta de Freguesia, mas que tinham sido feitos todos os esforços para que se pudessem ter cumprido.

Em resposta à questão colocada pelo eleito João Fernandes e no âmbito do parque para bicicletas, disse que os equipamentos tinham sido colocados referindo o Bom Sucesso na imediação da escola, junto ao Cebi e também no mercado, estando tudo concretizado.

Respondendo ao eleito Pedro Alves, sobre o aumento do valor relativo ao gasóleo, referiu que era daquelas situações o menos previsível possível, devido às oscilações que se faziam sentir regularmente nos preços dos combustíveis.

Mais disse que aquele aumento também estava relacionado com equipamentos que tinham sido adquiridos, referindo o investimento em 2018 com a compra de uma varredoura que todos os dias estava na rua e que era um equipamento que consumia muito combustível daí ser inevitável esse aumento, bem como também o investimento já feito no corrente ano com a compra de um trator de relva, com um tipo de funcionalidade que veio trazer benefícios não só a nível de redução de gastos de água bem como redução de utilização de fertilizantes.

Falou também que até ao primeiro trimestre havia um défice orçamental de quase 60.000,00 euros, que tinha sido colmatado com os valores cobrados em publicidade a qual não estava a ser paga por diversos operadores, mas que tinha sido feito um levantamento de todas as situações de irregularidade, dado a Junta não ter serviço de fiscalização e também não poder atuar diretamente, tendo os processos sido enviados para a Câmara Municipal para seguimento das notificações, tendo os operadores faltosos entendido que aquelas irregularidades não passavam mais ao lado.

Referiu que todos aqueles valores cobrados em publicidade estavam bem representados na receita e que a nível de execução orçamental os valores ficaram muito perto dos estimados.

Sobre a despesa disse que uma coisa eram os projetos orçamentados, e outra eram aqueles que até não estavam programados nem orçamentados mas que tinham de ser resolvidos referindo o caso ocorrido na Rua da Juventude com a destruição de uma percola tendo havido a necessidade de reformular todo aquele espaço.

Referindo a questão levantada de que tinha havido redução dos investimentos em capital, disse que mesmo sem os dois projetos a nível de capital, 90% da despesa tinha sido concretizada, tendo contribuído para aquele facto muitos trabalhos terem sido feitos internamente com a efetiva redução de custos, contribuindo assim para o resultado líquido verificado.

Falou que em 2018 foram feitos diversos contratos com o IEFP, que permitiram a entrada de um número significativo de trabalhadores, que fizeram obra, varreram ruas e conservaram bens, permitindo assim libertar uma verba substancial, mas consequentemente por outro lado veio trazer um acréscimo nas despesas correntes com a compra de materiais.

Sobre a questão do decréscimo nos valores apresentados na rubrica do pessoal informou que foi devido ao novo sistema contabilístico introduzido, ter trazido alterações e requalificação de rubricas, tendo todas as despesas inerentes aos trabalhadores em projetos com o IEFP, deixado de ser lançadas na rubrica 02 - Pessoal, daí o decréscimo de valor e passaram a ser lançadas na rubrica 04 - transferências correntes.

Mais disse que uma coisa era terem dúvida e questionarem, mas que a leviandade de fazer afirmações sem substância e fundamentação não ficava bem a ninguém, nem aos eleitos.

Sobre o Relatório de Gestão disse que o mesmo era público e que depois de aprovado iria estar disponível no site da Junta para quem o quisesse consultar.

Terminou dizendo que o orçamento e a boa orçamentação feita, tinha permitido alcançar e concretizar um enorme conjunto de necessidades até a nível do COVID 19, com os apoios ao comércio local através da isenção de taxas que já se repercutiam no orçamento, bem como diversos outros apoios que estavam a ser feitos e que iriam também ter incidência no mesmo e que de outra maneira nunca teria sido possível, estando de consciência tranquila naquilo que tinha sido feito.

Em resposta ao eleito Rui Valadas, disse ter tomado nota dos considerandos apresentados e que iria colocar à Empresa responsável a situação verificada a nível de irregularidades nas percentagens constantes nos mapas a fim de ser resolvido, dizendo ainda que na transição do POCAL para o SNC-AP tinha vindo a ocorrer alguns problemas de ordem técnica e também algumas situações irregulares.

Em resposta ao eleito João Fernandes e sobre a questão do balcão virtual, disse que em conformidade com o que já tinha referido em situação anterior, só seria possível após a integração do novo sistema contabilístico SNC-AP, o que já tinha ocorrido, estando também já em curso o procedimento concursal para aquele fim.

Disse que se tinha terminado o ano com um saldo de gerência extraordinário que estava a ser alvo de crítica, tal como o tinha sido no ano anterior, o que não entendia, estando o Executivo sempre disponível para trabalhar em conjunto com todos, desde a população, ao Movimento Associativo e a todas as bancadas, esperando também assim responsabilidade por parte das mesmas.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra deixando um alerta para o adiantado da hora, e informando que iria dar a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS para uma breve intervenção.

O eleito José Chumbo iniciou a sua intervenção dizendo que já não era nem a primeira nem a segunda vez que o Senhor Presidente quando as coisas não corriam positivamente para o Executivo, desconsiderava a Assembleia e que tinham sido dito coisas que tinham de ser corrigidas pois a bancada do PS nunca tinha votado contra os contratos, votou foi contra as dispensas o que não era a mesma coisa. Mais disse que a Assembleia tinha um papel fiscalizador que tinha de ser respeitado e que o Executivo tinha também de entender que existiam várias tendências partidárias e várias visões sobre o tema, pelo que o Senhor Presidente ao dizer que fazia orçamentos para as pessoas e que governava para as pessoas, era um desrespeito para com a Assembleia.

Mais disse que tinham sido aplicadas palavras como "leviandade" e termos abusivos e que o Senhor Presidente tinha de aceitar que havia posições contrárias à sua e à do seu Executivo e que o facto de gritar ou falar mais alto não fazia valer a sua opinião.

Sobre o Relatório de Gestão apresentado disse ter os considerandos finais a fazer, iniciando por dizer que a sua bancada o apelidava no mínimo de híbrido, pois tinham feito uma análise conta por conta e rúbrica por rúbrica na tentativa de chegar a alguma conclusão o que não aconteceu, e que as rúbricas não estavam suficientemente esclarecedoras, e no caso das amortizações também não se entendia como tinham sido feitos os cálculos para chegar a um valor tão elevado.

Disse ainda que aquilo que verificou foi que se gastou menos nos serviços essenciais à população, que se aumentou as prestações de serviços, que se recebia cada vez mais da Câmara Municipal e do Estado e que os monos eram um problema porque a Junta não os conseguia resolver, mas as ilhas como resolveu já foi a Junta, mas que ambas eram da competência e responsabilidade da Câmara Municipal, ou seja, num caso não deu jeito era da Câmara Municipal, no outro já deu jeito foi a Junta que resolveu, disse.

Referiu também que desde 2018 se assistia a uma diminuição dos fundos próprios da própria Junta de Freguesia a nível do património, o que até o poderia levar a pensar se dali a um ano não se poderia vir a verificar problemas de ordem financeira e de gestão da própria Junta.

Mais disse que aquela era a interpretação da bancada do PS no direito que lhe assistia como membros eleitos pela população da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho, tal como o tinha sido o Senhor Presidente e que a sua bancada nunca se calaria e teria sempre a sua opinião.

Terminou dizendo que a bancada do PS ia votar contra.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que começou por agradecer os esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente, referindo que sobre a questão do balcão virtual sabia do porquê do projeto não ter avançado há mais tempo e sobre os estacionamento para as bicicletas disse que efetivamente não os tinha visto, não colocava em causa a sua concretização e apresentava desculpas pelo lapso.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra iniciando por dizer que tinham sido colocadas questões para justificar o injustificável e que primeiro criticava-se quando não existia saldo de gestão e agora criticava-se porque havia saldo de gestão, e que havia também alguma tentativa de desvalorizar as ações do Executivo.

Referiu-se às palavras ditas pelo eleito José Chumbo relativamente às ilhas ecológicas e aos monos, dizendo que o mesmo não tinha razão na forma como o disse, porque no caso das ilhas nunca tinha sido dito que a Junta é que tinha resolvido, o que foi dito foi que eram sinalizadas à Câmara Municipal as necessidades e a Câmara é que tinha a responsabilidade de executar dando a Junta o seu parecer.

Relativamente aos monos referiu que eram efetivamente também da responsabilidade da Câmara Municipal, apesar de numa primeira fase a Junta ainda ter tido em conta a aceitação daquela competência, mas veio a verificar-se não haver condições para a assumir, referindo também que mesmo a Câmara Municipal com as condições que tinha não estava a conseguir que aquele serviço de recolha fosse prestado nas melhores condições.

Terminou dizendo que o que estava em causa era a aprovação do relatório de contas e caso não fosse aprovado também não haveria revisão orçamental, e a população iria ser condicionada na sua qualidade de vida, pois o que estava alocado à revisão era para a melhoria da higiene urbana, era a construção dos columbários que tanta falta faziam no cemitério e também os balneários para os trabalhadores, tudo necessidades concretizáveis.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS que passou a ler a declaração de voto sobre o Relatório de Gestão apresentado, onde dizia no mesmo que o documento apresentava cálculos com múltiplos erros que acabavam por deturpar a informação apresentada o que não era possível num documento de caráter oficial e que também devia ser compreendido por todos de forma irrepreensível o que naquele caso não se verificava, daí em consciência ia votar contra o Relatório apresentado.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia colocou o **Ponto 2** a votação tendo-se verificado o seguinte resultado:

**8 votos contra** - sete votos da bancada do PS e um voto da bancada do CDS;

**4 abstenções** - duas da bancada do BE e duas da bancada da CM;

**7 votos a favor** - bancada da CDU.

### **O Ponto 2 não foi aprovado.**

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, dizendo que as bancadas que não tinham viabilizado o ponto iriam ser responsabilizadas perante a População e o Movimento Associativo.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse a sua bancada ter exercido as suas funções e os seus poderes e que a maioria não tinha inviabilizado o orçamento, mas sim chumbado o relatório de gestão do ano de 2019.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que iria passar ao **Ponto 3 – 1ª. Alteração Orçamental Modificativa – Aprovação.**

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que o ponto em questão ficava sem efeito e que não valeria a pena qualquer discussão nem votação, pois tendo em conta a não aprovação do relatório, não havia incorporação do saldo de gestão nem viabilidade de fazer qualquer alteração.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a questão às bancadas a fim de se pronunciarem se concordavam ou não com a retirada do ponto, tendo intervindo o eleito José Chumbo que disse subscrever as palavras do Senhor Presidente da Junta.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que iria passar ao **Ponto 4 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal para 2020 – Aprovação.**

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que também aquele ponto ficava sem efeito, pois tal como o anterior estava dependente da aprovação do Ponto 2, e visto a não aprovação também não fazia qualquer sentido discussão sobre o mesmo.

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a questionar as bancadas sobre a aceitação da retirada do ponto.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, dizendo que nem a bancada do BE, nem a bancada da CM, tinham viabilizado o relatório de contas.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS, dizendo que caso o relatório tivesse sido visto e apresentado em condições a votação teria sido outra.

Pediu a palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse, primeiramente se tomava o sentido de voto e depois é que se levantava questões.

O Senhor Presidente da Junta voltou a intervir dizendo que era um documento técnico e quem o tinha realizado não o tinha feito corretamente, pelo que iria reunir com a Empresa responsável e com os técnicos para se perceber se o documento estava ou não em conformidade até porque o mesmo teria de ser enviado para o Tribunal de Contas para apreciação.

O eleito Rui Valadas da bancada do CDS, voltou a intervir pedindo ao Senhor Presidente da Junta que após ter o parecer da Empresa responsável, o fizesse chegar à Assembleia para conhecimento de todos.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que todos entendiam a importância do Orçamento para a União de Freguesias e que havendo uma reapreciação do documento em questão, e estando o Executivo disponível, se traria novamente aqueles pontos, no mais curto espaço de tempo a uma Assembleia Extraordinária a fim de serem validados pois todos estavam conscientes da importância dos mesmos e resolver-se a situação da melhor forma e em prol da União de Freguesias.

O Senhor Presidente da Junta usou novamente da palavra dizendo que ficasse bem claro que havia projetos que iam ser cancelados, e que não era uma ameaça mas sim uma realidade, porque não havendo dotação orçamental e visto estarem em fase de adjudicação não havia outra solução senão cancela-los, e após a aprovação voltariam a ser reiniciados de novo o que iria consequentemente atrasar alguns meses.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que iria passar aos **Pontos 7 , 8 e 9**, sendo todos eles de conhecimento e conforme o que tinha sido acordado pelas bancadas, tendo em conta serem todos no âmbito do surto coronavírus COVID-19, iriam ser apresentados em conjunto.

O eleito José Chumbo da bancada do PS, interveio fazendo uma chamada de atenção à Senhora Presidente da Assembleia dizendo que tinha saltado os pontos 5 e 6.

A Senhora Presidente da Assembleia pediu desculpas dizendo que o eleito tinha toda a razão e passou ao

CF  
M. F. Almeida  
M. L.

**Ponto 5 – Exercício de Funções em Regime de Meio Tempo, de dois Eleitos – Conhecimento**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que o ponto vinha para retificação e verificação dos pressupostos, sendo os princípios subjacentes aos que vieram em anos anteriores.

Mais disse que vinha permitir que em Freguesias com esta dimensão fosse possível estar a cem por cento para coadjuvar naquilo que eram as decisões políticas e também prestar apoio e ter toda a disponibilidade para a realização daquilo que eram as execuções da própria Junta de Freguesia.

Mais disse que foi com toda a disponibilidade e muito trabalho que se conseguiu o excelente resultado orçamental agora chumbado e referiu mais uma vez que a receita não era construída mas sim inscrita pela média dos últimos vinte e quatro meses, sendo o obrigatório por lei, não podendo ser inscrito o que se quisesse.

Disse ainda ter havido algum desfazamento da parte da eleita Carla Tavares desde janeiro e também do eleito José Romão a partir de maio, tendo aquele abraçado um projeto que reduziu a sua disponibilidade para estar a tempo inteiro, apesar de ter continuado a dar todo o seu apoio, mas não esteve subjacente o princípio que tinha sido acordado de tempo inteiro, mas que iria retomar o mesmo para continuar o bom trabalho que tinha vindo a desempenhar.

Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse ter previsto intervir, mas após as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Junta, não tinha mais questões a apresentar.

Não havendo mais intervenções por parte das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 6 – Código de Conduta – Conhecimento**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor presidente da Junta usou da palavra dizendo que se tratava de um documento interno e que trazia o mesmo apenas para dar conhecimento.

Referiu ser uma obrigatoriedade decorrente da lei que todas as ofertas superiores a 150,00 euros, fossem referenciadas, e que fosse feito o registo de rececionado e também o registo do fim a dar.

Mais disse que era importante para os princípios de credibilidade e da ação no desempenho e precursão da função de melhor servir a população.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito João Pedro Baião, que sobre o ponto disse ter algumas questões a colocar uma vez que alguns dos artigos mencionados iam para além da Lei 52/2019, começando por referir o artigo 3º- nº 2, perguntando se a referência que era feita aos eleitos da freguesia se referia ao órgão Executivo.

Relativamente aos trabalhadores e colaboradores da Freguesia, no caso dos primeiros, para além da sua conduta enquanto trabalhador da função pública e já explanado em legislação própria, perguntou se o documento tinha sido visto com o sindicato e relativamente aos colaboradores perguntou se eram colaboradores externos ou se eram trabalhadores de Empresas contratadas pela Junta, sendo que em caso de se tratar de colaboradores externos o documento teria de vir também à Assembleia para aprovação.

Referiu também o artigo 11º- registo de interesse, alínea B – do nº 3, onde era referido o Regulamento das atividades previstas, perguntou e tendo em conta o documento já estar em vigor desde o passado dia 11 de março, se o Executivo já tinha elaborado a proposta de Regulamento para posterior aprovação da Assembleia de Freguesia.

Sobre o artigo 12º, disse suscitar-lhe muitas dúvidas, dado que a Lei abrangia os dirigentes de nível superior, 1º e 2º graus que a Junta de Freguesia não tinha, e relativamente aos trabalhadores não lhe parecia que houvesse qualquer obrigatoriedade de registo de interesse e também não tinha encontrado qualquer base legal para aquele efeito.

Terminou a sua intervenção dizendo que era um ponto só de conhecimento mas gostava de ter alguns esclarecimentos.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que começou por dizer que era um documento interno e não regia a relação com empresas que viessem a ser contratadas para prestação de serviços à União de Freguesias.

Mais disse que o eleito tinha levantado uma questão pertinente relativamente ao artº 12 e à extensão do regime, pois efetivamente não se aplicava à Freguesia dado não ter dirigentes de nível superior e que relativamente aos trabalhadores o que estava referido era em caso de receberem oferendas superiores a 150,00 euros terem também obrigatoriedade de efetuar aquele registo.

Disse ainda e tendo em conta as dúvidas colocadas pelo eleito João Baião, no que referia aos trabalhadores, ia ficar com as notas para ser verificada toda a situação.

Seguidamente usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse em caso de haver alguma parte do documento que não estivesse legal, devia ser corrigida, referindo ainda que tinha sido dado um passo importante para a credibilização da política, pois havia a necessidade de haver cada vez mais transparência.

O eleito João Baião da bancada do PS, voltou a usar da palavra dizendo que concordava com aquilo que tinha acabado de ser dito, tratando-se de um documento importante e que devia ser regularizado, daí o alerta que tinha deixado.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que ia passar aos **Pontos 7, 8 e 9**, dizendo que em conformidade com a decisão unânime das bancadas iam ser tratados em conjunto pelo facto de serem todos em âmbito do surto coronavírus COVID 19, passando a enunciar os mesmos:

**Ponto 7 – Isenção de pagamento da concessão de lugar no Mercado Semanal, no âmbito do surto coronavírus COVID 19;**

**Ponto 8 – Isenção de cobrança de rendas no mês de abril, no âmbito do surto coronavírus COVID 19;**

**Ponto 9 – Isenção de Taxas de Publicidade e OVP, no âmbito do surto coronavírus COVID 19.**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação conjunta dos pontos, iniciando por dizer que as medidas tomadas eram já do conhecimento dos líderes de bancada e que aquela tinha sido uma forma de ajudar o comércio local.

Mais disse entender que a União de Freguesias não tinha aquela vocação e que competia ao Estado prestar o apoio ao tecido empresarial, mas apesar disso e naquilo que foi possível à Junta de Freguesia e para uma recuperação mais rápida do tecido empresarial, no contexto de emergência devido à pandemia e não se perspetivando a possibilidade de realizar uma Assembleia de Freguesia, dentro daquilo que era permitido por lei decidiu-se avançar com a anulação de um conjunto de taxas, desde a isenção de rendas, publicidade e ocupação da via pública.

Disse ainda que tinham ficado excluídas daqueles apoios todas as entidades que tinham dívidas à Autarquia em período anterior à pandemia.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que começou por dizer que concordavam com todas as medidas de apoio dado ao comércio local dentro das competências do Executivo, mas mesmo permitindo o Regulamento a possibilidade ao Executivo de deliberar, teria ficado bem aquelas medidas terem vindo para aprovação, bem como podiam ter sido analisadas conjuntamente outras medidas de apoio ao comércio e à população e ter-se até feito uma Assembleia Extraordinária sobre aquela matéria.

CF  
Fátima Bernardo  
ME

Mais disse que a pandemia não terminava por decreto e não tinha data e que concordava e dava todo o apoio à decisão tomada pelo Senhor Presidente relativamente às isenções, mas que as mesmas podiam ser melhoradas pois algumas estavam a terminar o prazo e referindo o caso da restauração que começava agora a abrir portas, disse que seria bom a prorrogação no tempo daquelas isenções, pois era mais uma forma de apoio, mesmo que isso levasse a custos.

Disse ainda que aquelas situações teriam de ser faladas, mas que a bancada do PS aceitava de bom grado todas as medidas tomadas e estava ao lado do Executivo para apoio ao comércio local.

Referiu alguns reportes feitos por empresários ligados à restauração e que pretendiam colocar esplanadas, sendo que por parte da DGS era referido a abertura de espaços ao ar livre, mas que foram confrontados com o facto de o período de isenções estar já a terminar não podendo usufruir da medida.

Mais disse que devia pensar-se e dialogar com outras Entidades referindo a Câmara Municipal e que devia ser feito um esforço conjunto quer da parte do Executivo, quer da Assembleia para potenciar uma melhoria das condições de vida dos Fregueses, podendo o Executivo contar sempre com a colaboração da bancada do Partido Socialista.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM, que disse concordarem com todas as medidas tomadas, ressaltando ainda que se podia fazer um pouco mais pelas praças e mercados, tendo algumas ideias que passou a enunciar, começando por referir que se devia promover mais a proximidade da população, a utilização das redes sociais para promover os mercados, dizendo que era uma forma de adquirirem produtos biológicos e assim também darem o seu apoio ao comércio local. Falou do fornecimento de luvas na entrada do mercado como forma de reforçar a segurança no manuseamento dos produtos, e também o fator de proximidade, permitindo a possibilidade de se deslocarem a pé a esses mercados, sendo mais uma forma de criar hábitos para utilização daqueles espaços e poderem vir a tornar-se espaços mais rentabilizados.

Terminou dizendo que a exemplo do que já tinha sido dito pelo eleito José Chumbo, a pandemia não acabava por decreto e nunca era tarde para promover aquele tipo de comércio.

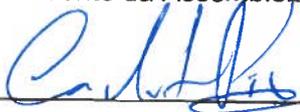
Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que disse concordar com o argumento utilizado pelo Senhor Presidente da Junta para a atribuição das isenções, mas que em conformidade com o que já tinha sido dito por outras bancadas, seria pertinente avaliar a extensão de algumas medidas por mais algum tempo, referenciando as esplanadas e também a ocupação da via pública.

Disse ter mais uma questão que ainda não tinha sido falada e que era o incremento de apoios ao Movimento Associativo e iniciativas que também iriam sofrer com a situação e que caso o Executivo estivesse na disponibilidade de proceder a análise de sustentabilidade e proporcionalidade daquelas medidas, podia contar com o seu apoio para as implementar.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia solicitou à eleita Fátima Bernardo, primeira secretária, que lesse a ata minuta nº 16, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



---

A Primeira Secretária

Maria Fátima Castro Cadete S. Bernardes

A Segunda Secretária

Maria Fernanda Comenda